

A corte joanina no Rio de Janeiro

Oitocentista: notas de pesquisa

Fernando Santa Clara Viana Junior¹

O presente trabalho visa compreender o contexto alimentar da elite no Rio de Janeiro no período anterior à chegada da corte e as modificações causadas pela estadia cortesã na capital, entre 1808-1821. Sabemos que os registros em análise darão conta dos modelos de consumo de uma elite, portanto, é deste grupo que falamos aqui. Ainda, cabe reforçarmos que o conteúdo sobre o qual nos debruçaremos diz muito mais das possibilidades de consumo – especialmente as alimentícias – do que do consumo em específico. Logo, observaremos modificações nas possibilidades do cotidiano, não necessariamente em seu retrato.

Partimos da premissa de que a corte portuguesa, nesse novo contexto, abraçou-se, em alguma medida, enquanto a nobreza da terra e os grandes mercantis locais buscaram se europeizar, em larga medida.

1 Professor do Departamento de Ciência dos Alimentos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES).

Afinal, era preciso construir vias de acesso ao *modus vivendi* da corte, agora estabelecida no Brasil, com suas práticas e cerimoniais áulicos.

É sabido que o conjunto de representações, com destaque às cerimônias, missas de *Te Deum Laudamos* etc., compuseram um poderoso arsenal para a teatralização dos rituais, criando, aos moldes do que observa o antropólogo Clifford Geertz (1991), um teatro didático, considerando a necessidade de se ensinar a um novo grupo processos rituais já estatutários no Velho Mundo.

Como expõe o sociólogo Norbert Elias (2011, pp. 79-80), as lutas entre a nobreza, a partir do século XVI, dava-se no campo do simbólico, sob os olhos do rei e a partir da adesão de condutas ditadas sob as novas regras da corte. Logo, o simbólico foi o grande campo de ação da monarquia moderna, uma vez que as representações conformam um importante campo de atuação para a realeza, que se fazem de rituais que se forjam e se reinventam constantemente.

A acomodação das ações nos moldes de um simbólico forjado e estratificado, por sua vez, é de suma importância na conformação de uma cultura política que tinha na realeza — e nos rituais cortesãos — a sua força e o seu centro. Assim, perpetuar rituais como o beija-mão, dentre outros que compõem a ritualística da corte, revelavam-se estratégias necessárias à manutenção do Estado Moderno: “Esse é, portanto, o terreno da cultura, de uma cultura política, cuja eficácia é simbólica e não exclusivamente racional” (SCHWARCZ, 2010, p. 28).

É certo, portanto, que todo o processo de chegada da corte ao Brasil

e de implementação de uma nova dinâmica social provocou impactos tangíveis no cotidiano dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Assim, foi em busca por tais indícios que voltamos nosso olhar aos anúncios do jornal circulante, cujas pistas ajudam a conhecer alguns aspectos da dinâmica social e da cultura forjada à época.

Apesar disso, o cotidiano no Rio de Janeiro não ganha proeminência somente após a chegada da corte. Cabe ressaltarmos que a cidade fora feita capital desde 1763, sob o governo de D. José I, recebendo notada atenção do Marques de Pombal (SCHWARCZ, 2015), principal ministro deste governo, atravessando a regência da rainha Maria I e, só então, recebendo a corte sob a regência do príncipe D. João VI.

Logo, cabe aqui traçarmos o cenário carioca desde os Setecentos, abordando parte do cotidiano cortesão, e culminar nos Oitocentos, com a chegada da corte.

A história da alimentação e suas contribuições

As últimas décadas assistiram o crescimento de pesquisas relacionadas à cultura material, merecendo destaque a publicação da coletânea *História da Alimentação* (1998), organizada pelos historiadores Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari. A obra apresenta, em seu escopo, discussões acerca do fazer cotidiano relacionado não somente ao alimento, mas a todos os processos e relações que o cercam, reunindo um grupo significativo de historiadores que escolheram, portanto, a alimentação como objeto de suas pesquisas.

Vale também destacar a recente obra *A história do sabor* organizada por Paul Freedman, publicada em 2009, uma antologia reunindo a nova geração de historiadores da alimentação de todo o mundo em uma abordagem que vai das conquistas culinárias de várias civilizações, do passado e do presente, aos prazeres de comer.

No Brasil, a temática relacionada ao cotidiano começou a ocupar os debates intelectuais também no século XX. Sem dúvidas, *Casa Grande e Senzala*, obra escrita pelo sociólogo Gilberto Freyre e publicada pela primeira vez em 1933, foi quem trouxe à tona uma série de questões acerca da formação da sociedade brasileira através dos fazeres cotidianos dos diversos povos que formaram este emaranhado.

Também na década de 1960, o antropólogo Luís da Câmara Cascudo lançou o seu *História da Alimentação no Brasil*, obra que, a exemplo de *Casa Grande & Senzala*, buscou analisar a formação do Brasil a partir da importância da alimentação no encontro dos três troncos formadores da sociedade brasileira (negros, indígenas e europeus). A grande novidade da obra foi tratar exclusivamente sobre a alimentação, abrindo importantes caminhos para reflexão sobre a temática.

No campo historiográfico, ainda na década de 1970, a professora Maria Beatriz Nizza da Silva buscou analisar a chegada da corte joanina ao Brasil em sua obra *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. Em seu estudo, as modificações alimentares aparecem como elemento explicativo de destaque.

Na esteira de tais trabalhos, podemos verificar um crescimento da

produção historiográfica brasileira voltada ao campo da cultura material. Contudo, dada a impossibilidade de abarcar a completude do tema, haja vista a extensão de possibilidades de abordagens, optamos por destacar a coleção *História da Vida Privada no Brasil*, publicada em 1997, importante compêndio cujo foco repousa na análise dos costumes, hábitos e modos diários.

Tomando como base o itinerário de produções, é possível perceber a riqueza de possibilidades apresentadas ao pesquisador interessado. Por meio de abordagens que contemplem a alimentação, a culinária e os rituais de comensalidade, entendidos como práticas culturais, é possível conferir outros sentidos aos comportamentos sociais, econômicos e políticos.

Considerando a alimentação como expressão da dimensão simbólica, retrato de um grupo em dado período, não podemos encará-la como fim último. Para o historiador Daniel Roche (2000, p. 58),

Se admitirmos que o mundo exterior dos objetos não é o local da nossa total alienação, e sim o meio de um processo criativo, e que a relação do indivíduo com o social passa pela objetificação, a história do consumo permite compreender melhor a continuidade do material e do simbólico, o esforço de inteligência e de trabalho cristalizado que se conserva no menor objeto, a união entre as representações e as realidades. O mundo não pode ser isolado sem risco para suas contingências nem as Videias em sua pureza. Trata-se de compreender os limites do possível, isto é, como nascem as possibilidades de transformação, como coexistem ao mesmo tempo as diferentes temporalidades, como os efeitos negativos e positivos se entrelaçam quando as rupturas se produzem. O crescimento pode autorizar sua parte de libertação, assim como pode instalar sua produção de alienação.

Estudar a alimentação enquanto prática histórica, por sua vez, nos convoca à reflexão acerca de seu papel dentro de um processo social dinâmico: mais que a mera expressão do alimento no tempo, seu estudo busca compreender o alimento e as práticas que o envolvem a partir de perspectivas de enfoques biológico, social, antropológico e filosófico (CARNEIRO et al, 1997). Desta maneira, ter na alimentação um parâmetro para a compreensão das sociedades é destacar seu potente papel para a compreensão do homem a partir de suas práticas ao longo de sua história.

O Brasil antes da corte

Para compreender o século XVIII brasileiro, se faz importante observarmos que, no período, as elites da terra tinham em sua formação, essencialmente, ampla ligação com as trocas realizadas pelos portos, fossem elas regidas pelo açúcar, em Salvador, fossem pelo comércio e pela circulação do ouro, no Rio de Janeiro.

O papel da Capitania fluminense era, essencialmente, abastecer o mercado consumidos da região as minas, haja vista ser o principal porto já à época, além de estar no meio dos afluxos de produtos que vinham da região sul do país (SCHWARCZ, 2015). Sua proeminência era tamanha no ciclo metalista mineiro, que, segundo o economista Fábio Pesavento (2013, p. 28),

O Rio de Janeiro acaba por ser um importantíssimo entreposto na medida em que vai escoar o ouro e abastecer as Minas, além de intensificar suas

exportações de mandioca, feijão, milho, cachaça e arroz para a Bahia e Pernambuco. Para Buenos Aires iam escravos, açúcar, cachaça, mandioca e tecidos de algodão rústico. Vinha trigo, prata, peles, carne seca e banha.

Nesse cenário, o porto fluminense ganhou destaque nas trocas comerciais no século XVIII, e, por ali, a fruição mercantil das relações trazia a consolidação de grupos de homens de grosso trato. Tal contexto influenciou fortemente a capitania fluminense, apresentando notório destaque na colônia. Ao tornar-se capital, em 1763, a cidade trazia em seu bojo, para além de todo o valor econômico da colônia, condição geográfica estratégica para alçar seu espaço de capital do vice-reino do Brasil. Inclusive, é interessante observar que por essa mesma época, Pombal comandava o processo de reestruturação de Lisboa após o terremoto de 1755 (DEL PRIORI, 2015) e, conforme aponta o pesquisador David Underwood (1988), muito do que considerava moderno em termos de estruturação da cidade lusa, exportou para a estruturação da cidade do Rio de Janeiro

Sem dúvida, muito havia dos preceitos portugueses no Brasil. Os mais de 300 anos que antecederam a chega da corte às terras tupiniquins foram forjados sob a égide do legado luso. Assim, desde a arquitetura até as instituições políticas e religiosas existentes na capital brasileira dos setecentos, todos seguiam os preceitos d'além mar, evidenciando "a capacidade das elites da cidade de reproduzirem não só as instituições metropolitanas, mas também as virtudes metropolitanas de devoção, caridade, sobriedade e pureza" (SCHULTZ, 2008, p. 74).

Apesar de os engenhos ocuparem lugar de destaque na cidade fluminense, essa não era a única atividade econômica, como pudemos observar até agora. O comércio já compunha importante espaço no cotidiano econômico. O historiador Antonio Carlos Jucá de Sampaio (2002) aponta um cenário em que há um notório progresso financeiro na capital no período que compreende os anos de 1650 e 1750. São os “senhores de engenho” e o “homens de negócios” (SAMPAIO, 2002, p. 33) os baluartes da movimentação financeira do período.

Há ainda que se destacar o mercado atravessador de gado e derivados na capital. Visando suprimir demandas da região mineradora, o Rio de Janeiro também ocupou relevante espaço na distribuição de “gado vacum, cavalar e muar” (MARCONDES, 2001, p. 42) para circulação e consumo interno, oriundos do sul do país e de São Paulo, e distribuídos para outras regiões a partir do território fluminense. A disseminação dessa mercadoria e seus subprodutos, feita por comerciantes, movimentou de forma significativa a região.

Acerca da relevância do comércio para o período, cabe notarmos que a circulação de mercadorias extrapolava os limites internos da América portuguesa ou da relação entre colônia e metrópole. Do porto fluminense partiam bens que se inscreviam na circulação do império português, estendendo-se à África lusa e ao Estado da Índia. Segundo o historiador João Fragoso (2001, p. 20-21), apesar de estarem em diferentes lugares do império, o comércio entre os territórios

[...] terras, mão-de-obra e alimentos. Na base desta incorporação estava

a existência de uma fronteira aberta, um mosaico de produções não-capitalistas que garantiam o abastecimento interno; além do crescimento do tráfico atlântico de escravos, continuamente alimentado por sua vinculação estrutural à produção da diferenciação social na própria África subsaariana. [...]. De fato, os negociantes de grosso trato da Colônia monopolizavam as atividades mais rentáveis (em especial aquelas ligadas ao comércio atlântico), em um movimento que implicava o direcionamento dos outros agentes econômicos para as atividades menos lucrativas – leia-se, sobretudo, a agricultura.

Este era, portanto, o cenário que precedia a chegada da corte na capital da colônia. Podemos observar a consolidação de uma elite local, que carrega consigo muito dos preceitos lusos na conformação de seu cotidiano. Entretanto, alguns desses preceitos foram vistos como arcaicos junto à corte, como poderemos observar a seguir, no pós 1808. Apesar disso, o cenário que entrou em construção no período não se deu num processo de apagamentos dos costumes e cotidianos cariocas. Ao contrário, o cenário fora de uma conformação conjunta, de sobrevivência de dados hábitos locais, da implementação de outros vindos de Portugal e, ainda, na forja de costumes que caracterizaram o período, em si.

Dessa maneira, apresentaremos um panorama da chegada da corte à capital do Brasil e, em seguida, acordaremos expressões desse cotidiano por meio da análise de classificados da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O Brasil e a corte lusa

As motivações para a partida da corte de Portugal são múltiplas e evocadas pelos historiadores brasileiros desde, pelo menos, Oliveira Lima,

em seu Dom João no Brasil, 1808-1821 (1865). Desde então, a discussão ocupou muitas páginas dos livros de História, sendo tratada sempre a partir de revisões do processo.

De maneira geral, a literatura sobre o tema aponta uma pretensa neutralidade lusa frente ao avanço de Napoleão pela Europa, que acabou por convertê-la em alvo francês, face a manutenção dos acordos com os ingleses. O historiador Jurandir Malerba (2000, p. 19) afirma que a tomada da decisão por D. João

Foi razão de Estado e senso de sobrevivência ao ultimato dado por Napoleão Bonaparte, que àquela altura havia derrubado praticamente todas as principais casas dinásticas da Europa e tinha no pequeno Estado português uma ameaça nem um pouco desprezível, por causa de sua posição estratégica de entreposto comercial e aliado histórico que era do império britânico.

Fuga ou golpe político, o fato é que “transferiam-se para o Brasil a própria corte portuguesa — cujo número estimado de pessoas chegava a 20 mil” (SCHWARCZ, 1998, p. 35). Tal feito era inédito na história. Logo, é possível compreendermos que, o que chegava ao Brasil era um arsenal — material e social, este em relação a condutas — até então nunca visto no novo continente. Tratou-se do embarque de 36 navios com pessoas de diversas condições sociais (BRAGA, 2010, p. 162). Via-se, portanto, aportar uma estrutura transportada

[...] em navios de 400 toneladas, que, depois de cerca de cinco ou seis semanas de viagem, despejavam na praça do Rio de Janeiro louças, vidros, cachimbos, pentes, navalhas, óculos de longo alcance, meias, instrumentos matemáticos e metalúrgicos de Birmingham e Sheffield e vestimentas em

algodão e lã das indústrias de Lancashire e Yorkshire [...] (TOSTES, 2008, pp. 270-271).

Os novos produtos que chegaram — e permaneceram chegando ao longo da estada da corte lusa no Brasil — estabeleceram um marco para a modificação da estrutura de consumo material vivido na colônia até então. De igual modo, os hábitos locais de comportamento precisaram se alinhar aos critérios de uma sociedade de corte, cujos contornos já estavam definidos em âmbito europeu. Interessa-nos, desse modo, apresentar, em linhas gerais, tais mudanças e adaptações e seus impactos na nova configuração dessa elite da terra, expressos por meio da gazeta circulante à época.

A gazeta do Rio de Janeiro e o cotidiano Cortesão

Conforme exposto, filiamos este trabalho à importância das representações enquanto fator de expressão de determinado grupo social. Portanto, procuramos entender como a sociedade cortesã carioca, rearranjada após a chegada da corte portuguesa, se reconfigurou e passou a demandar elementos que antes não eram considerados.

Dentro de um contexto de Antigo Regime, devemos compreender quem decide sobre uma determinada dinâmica social – aqui, com destaque, a alimentar. A historiadora Maria Beatriz da Silva (1978, p. 3) já destacava que “é preciso levar em conta que uma determinada cultura culinária pode, numa dada sociedade, assumir o papel de modelo e, portanto, tornar-se o exclusivo dos grupos que ocupam as camadas superiores da sociedade”.

No caso das sociedades forjadas aos moldes de tal contexto, como ocorrera com a transposição da família real e da corte lusa ao Brasil, os grandes responsáveis, sobretudo neste momento, por forjar as novas etiquetas, foram os cortesãos e o séquito real. Assim, a eleição de determinados códigos de comportamento, incluso os que se referem à mesa, estava nas mãos do pequeno grupo ligado à realeza lusa. Desta forma, a emergência de novos hábitos alimentares estava diretamente unida às novas demandas trazidas e produzidas por este grupo na corte carioca.

Tais modificações de demandas requeriam a adaptação da oferta, seja de produtos, seja de serviços. Para se fazerem notar enquanto ofertantes, vários foram os comerciantes que recorreram aos anúncios no impresso da época, ferramenta essencial para se fazerem notar. Logo, a primeira gazeta seria um verdadeiro balcão de ofertas em meio ao recente contexto trazido ao Brasil naquele início do século XIX.

A *Gazeta do Rio de Janeiro* se consolida como importante fonte de análise do período, reflexo da importância de estudos de periódicos como fontes. Nas palavras da historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva (2007, p. 22),

embora esse tipo de periódico não forneça artigos de opinião nem seções de literatura ou de ciências e artes, ele é precioso para o historiador como documento da vida cotidiana, pois sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação.

Sobre os hábitos alimentares, muitas foram as questões a serem resolvidas. Para os historiadores Ronaldo Vainfas e Lucia Bastos, a chegada e a presença da corte lusa em território americano convocou determinadas mudanças no campo da inovação e da sociabilidade à mesa. Inclusive, segundo observam, vários dos migrantes “mostraram alguma repugnância em adotarem certas comidas brasileiras, bem como algumas técnicas culinárias. Daí ter sido frequente a importação de vários gêneros da Europa” (VAINFAS et al., 2008, p. 41).

Em decorrência dessa situação, muitos são os anúncios de produtos importados, não somente do Reino, mas da Europa, de modo geral. Na *Gazeta do Rio de Janeiro* é possível observarmos anúncios desses produtos.

O surgimento de novas demandas, necessidades e ofertas parece indicar uma profunda modificação na economia cotidiana da capital. O economista Thorstein Veblen, já no século XIX, observando a adaptação de uma economia cotidiana de manutenção do capital mercantil para suprir necessidades de uma classe ociosa ([1899]1983, p. 6), cunhou o termo “consumo conspícuo”. Tal noção, em linhas gerais, atravessa a ressignificação dos processos de produção: a economia característica do barroco era a calcada na moral, ou seja, só deveria ter acesso a dados bens materiais aqueles que foram eleitos para tal. Com a afirmação do capital comercial (ou capital mercantil), processo em que se gerava uma oferta de produtos, era possível perceber como “uma doutrina [inspirada na economia moral] pode se transformar em cultura e fazer da virtude uma necessidade” (ROCHE, 2000, p. 105). Ainda segundo o autor:

Outros modos de vida, portanto, eram possíveis, inimagináveis já pouco tempo. A progressiva reabilitação da despesa, o elogio do luxo, a passagem do lema ‘gaste o que você ganha’ para o imperativo ‘ganhe o que você gasta para gastar mais’, a reabilitação dos empreiteiros vinha junto, esboçando uma outra sensibilidade, criando novas normas e outros consumos intelectuais. A nova filosofia que unia trocas e necessidades aumentadas supunha várias rupturas, com o autoconsumo familiar e regional, com uma economia pouco monetarizada, com a imobilidade das coisas (ROCHE, 2000, p. 106).

Como primeiro produto de análise, evocamos o consumo de carne suína. Como é possível observar, nos anúncios, era grande a importância da carne de porco. De fato, ela já fazia parte do cotidiano alimentar, tanto dos brasileiros, quanto dos portugueses. Contudo, as técnicas para seu preparo e a produção de seus subprodutos estavam baseadas em modelos estrangeiros. Além disso, alguns desses subprodutos vinham do exterior. A pesquisadora Isabel Drumond Braga (2010, p. 164) aponta que

Muitos comerciantes publicitavam a venda de carne de porco transformada, quer de importação — caso dos presuntos e paios de Melgaço, dos salames e salsichas da Itália e dos presuntos da Vestfália —, quer [de origem] brasileira, independentemente de ter sido tratada, por exemplo, à moda italiana.

Cabe lembrar que o consumo de carne é uma característica do período moderno europeu. Se o porco — e seus subprodutos, como a gordura e os embutidos — era consumido em grande quantidade desde o medievo (FLANDRIN, 1998, p. 652), a Modernidade é marcada pelo aumento considerável do consumo das carnes de vaca e caça (FLANDRIN, 1998, pp. 655-657). As aves, consideradas como alimento nobre na Idade Média,

tornam-se também bem mais corriqueiras (FLANDRIN, 1998, p. 659).

Herdeira dessas mudanças dietéticas, é recorrente nas edições da Gazeta anúncios de produtos cárneos europeus. Assim, em 25 de fevereiro de 1809, o italiano João Barbon, cujo endereço comercial estava na Rua dos Latoeiros, informa que dispõe de paios, linguiças e salsichas, tudo “ao uso da Itália” (GAZETA, 1808, n. 48). Na edição de 28 de agosto de 1813 encontramos o anúncio de um novo estabelecimento na Rua do Ouvidor: “uma casa de salsichas e salame de toda a qualidade à moda da Itália” (GAZETA, 1813, n. 69). Já o anúncio de João Barbon falava em salame de cabeça de porco e em “codegini para panela” (GAZETA, 1813, n. 99).

Não queremos com isso afirmar que a importação de gêneros foi inaugurada com a chegada da corte. A presença de produtos de luxo — ingredientes e utensílios vindos da Europa (ou feitos à moda de algum lugar do Velho Mundo) — eram parte significava dos lucros de um nicho comercial estabelecido. Vejamos, por exemplo, na edição 101

Na loja de Luís Zoveti e Cia., na Rua do Ouvidor, n. 9, se acham a vender os gêneros seguintes: licores de Martinica de várias qualidades, ditos da fábrica, finos, de muitas qualidades, ditos para medidas; mostarda, conservas inglesas de muitas qualidades, cidra, molhos para peixe, vinhos de muitas qualidades estrangeiros, vinagre engarrafado de França, azeite engarrafado de Florença, frutas em aguardente, chá de diferentes qualidades, genebra, cerveja, doces para chá, também se preparam bandejas de doces, águas-de-cheiro de várias qualidades, gotas amargas, chocolate de Espanha. Todos estes gêneros são por preços muito cômodos (GAZETA, 1813, n. 101).

A edição de n. 89, de 1814, dava conta de divulgar uma série de

gêneros vegetais vindos da corte e que comporiam o paladar da época, como “sementes de nabos da Suécia, amarelos, encarnados, brancos e mais qualidades, assim como sementes de repolho”, além das de “salsa, couve tronchuda, brócolos, cebolinho, espinafres, chicória, alface, acelgas, chicarola” (GAZETA, 1814, n. 89). Tal oferta, devemos considerar, está diretamente ligada à valorização do ingrediente fresco, característica do período moderno europeu. Neste momento, como nos sinaliza o historiador Jean-Louis Flandrin (1997, p. 641), “entre 1545-1660, na França, o número de espécies de legumes mencionadas em receitas quase dobrou”, fator recorrente em outros países, inclusive em Portugal. Tal modificação na alimentação, ligada ao uso de ervas e legumes frescos, foi aferida em Portugal por meio de seus livros de cozinha – em especial o escrito por Rigaud, em 1780 (VIANA JUNIOR, 2015, pp. 112-116) – e chegou ao Brasil, como observado aqui, na oferta – em decorrência da demanda – por tais produtos.

O chocolate, produto americano, mas que já integrava o arsenal das bebidas coloniais de grande destaque na Europa – junto ao café e ao chá – era proveniente do Pará e poderia ser adquirido na “rua Direita, no estabelecimento de Joaquim José da Rocha” (GAZETA, 1820, n. 49), como mostrava o impresso. Caso o cliente escolhesse, entretanto, bebida de maior requinte, era possível “sorver como servida na Europa, [proveniente] das colônias da Espanha” (GAZETA, 1810, n. 58), num botequim da rua da Quitanda, conforme anunciado.

Os chás faziam coro junto ao café no âmbito das bebidas. Apesar

deste último ainda não fazer parte de um cotidiano dos brasileiros, sua emergência já dava sinais neste período (SILVA, 2007, p. 27). No n. 8, de 1816, pode-se ler as seguintes variedades, com diferentes preços: “Na Rua das Violas, n. 14, se vende chá às libras, vindo na ‘Maria I’, Aljofre, 1\$800; Pérola, 1\$500; Hisson, 1\$000; Uxim, \$720; Sequim, \$560”.

A doçaria também foi destaque nos classificados do impresso. Os doces europeus podiam ser adquiridos nos estabelecimentos em recipientes que variavam entre 2,5 kg e 3 kg, e eram “de damasco, figo, ginja, pera e pêssego” (GAZETA, 1820, n. 20), conforme anunciado. Cabe ressaltar que alguns desses produtos eram novidade na corte carioca e começaram a ser comercializados somente após a vinda da Família Real.

Essas são algumas modificações que podemos perceber no cotidiano de instauração da corte e sua manutenção, ao menos até 1821, data da partida do séquito real. Assim, cabe percebermos que, por meio das mudanças de hábitos alimentares, podemos perceber modificações sociais, em dados contextos, a partir de outros vieses, o que nos permite perceber a história a partir de outros ângulos.

Considerações finais

A sociedade brasileira, forjada aos moldes lusos desde o século XVI, constituiu determinadas características, eminentemente locais, na gestão de seu território, em sua relação com a coroa e na manutenção do *status quo* local.

A capital da colônia, em 1763, passou a ser o Rio de Janeiro.

Ambiente cosmopolita, de grande circulação de pessoas, mercadorias e ideias, detinha o porto de maiores entradas e saídas de toda a colônia. Além disso, era o grande polo de abastecimento das minas, de onde, à época, se explorava o ouro, atividade de grande destaque no Brasil.

O comércio, por sua vez, lograva êxito na capital. A elite mercantil, inclusive, figurava em espaço de destaque, junto a membros do clero e da administração régia. Graças à mercancia, muitas pessoas passaram a ocupar lugar de destaque e, a partir disso, consumir determinados produtos e hábitos característicos da elite.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, a corte lusa, por sua vez, muito estranhou de alguns hábitos – com destaque aos alimentares – daquela região, daquele grupo. Assim, junto à implementação de novos hábitos de vivência cotidiana, implementou-se também produtos importados da corte ou da Europa, de forma ampliada.

Os bens de consumo ganharam destaque. Por meio da análise dos classificados da *Gazeta do Rio de Janeiro*, muito podemos mapear o que se consumia à época: produtos locais, feitos à moda europeia, produtos europeus, e produtos locais que ganharam espaços junto à corte lusa.

Os anúncios de produtos e serviços em alimentação voltados a atender novas demandas e gostos, se avolumaram e ganharam outros contornos à medida em que a corte se enraizava. Não só aumentavam sua quantidade, mas, também, a qualidade da oferta.

Como visto, essa corte tropical, forjava na junção entre nascidos e chegados, demandou um conjunto de rearranjos cotidianos num ritmo

notavelmente inédito, até então. Não se tratava somente do volume de pessoas, mas todo um conjunto de rituais, modos e protocolos a serem implementados, haja vista a necessidade de se educar os locais à conformação civilizacional europeia do período.

A alimentação, por sua vez, sendo ela mesma um reflexo da cultura social de determinado grupo, se revelou importante indicador para se compreender tais fenômenos. É, portanto, uma expressão de um cosmos social muito maior, conjugado com vestimentas, moradias e relações rotineiras diversas.

Como procuramos apontar, a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, deu-se em um momento no qual a alimentação se afirmava como importante critério de diferenciação social — assim como outros usos e costumes trazidos da Europa. Portanto, saber comportar-se em público, especialmente à mesa, tornou-se para os membros da elite local um hábito necessário com que expressar sua conformidade cultural e social com os pares portugueses.

Referências

Fonte

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. 1808-1821. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta.htm>. Acesso em: nov. 2020.

Bibliografia

- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. *Sabores do Brasil em Portugal: descobrir e transformar novos alimentos* (séculos XVI-XXI). São Paulo: Senac, 2010.
- CARNEIRO, Henrique; MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A História da Alimentação: balizas historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, v. 5, pp. 9-91, jan./dez., 1997.
- DEL PRIORE, Mary. *O Mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. – 2ª ed. – v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o estado teatro no século XIX*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1991.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808-1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de

abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). *Topoi*, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp. 41-71.

PESAVENTO, Fábio. *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

ROCHE, Daniel. *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAMPAIO, Antonio Carlos Juca de. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial à acumulação mercantil (1650-1750). In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 29, 2002, p. 29-49.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. – 2 ed. – São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro:

EDUERJ, 2007.

TOSTES, Vera Lúcia Brottel. O Rio de Janeiro no tempo de D. João VI. *Revista Brasileira da Academia Brasileira de Letras*, v. 1, pp. 263-276,

2008.

UNDERWOOD, David K. *The Pombaline Style and International Neoclassicism in Lisbon and Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania, 1988.

VAINFAS, Ronaldo; BASTOS, Lucia. *Dicionário do Brasil Joanino 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.